

13ª Reunião do Comitê Técnico Combustível do Futuro	Data:	01/12/2021
	Horário:	14h30 às 16h00
Departamento de Biocombustíveis/SPG/MME	Local:	Videoconferência
PARTICIPANTES		
<p>Ministério de Minas e Energia Fábio da Silva Vinhado – DBIO (Suplente) Daniel Reis Mendes – DBIO Danielle Lanchares Ornelas Mariana Ferreira Carriconde de Azevedo – DBIO Renato Cabral Dias Dutra – DBIO Ronny Peixoto – DCDP</p> <p>Ministério da Economia Thomas Paris Caldellas</p> <p>Ministério do Meio Ambiente Edisiene de Souza Correia (Suplente)</p> <p>Ministério da Infraestrutura Jairo Rodrigues da Silva (Suplente)</p> <p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações Eduardo Soriano Lousada (Titular) Rafael Silva Menezes (Suplente) Gustavo Ramos</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Regional Carolina Gonçalves Pinheiro (Titular)</p> <p>Autoridade Marítima Brasileira Flávio Haruo Mathuiy (Titular)</p>	<p>Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) Carlos Orlando Enrique da Silva (Titular) Lorena Rocha da Costa Assunção (Suplente) Danielle Machado e Silva Conde Alex Rodrigues Brito de Medeiros</p> <p>Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) Darlan Silva dos Santos (Titular)</p> <p>Empresa de Pesquisa Energética (EPE) Angela Oliveira da Costa (Titular) Rachel Martins Henriques (Suplente)</p> <p>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) Gilberto Werneck De Capistrano Filho (Titular)</p> <p>Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) Rodrigo Vivarelli (Suplente)</p> <p>Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) Artur Milanez</p> <p>Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Marília Folegatti</p>	
MEMÓRIA		
1. Abertura		
<p>Verificado o quórum de reunião, Fábio Vinhado(DBIO/SPG/MME), agradeceu a presença de todos e abriu os trabalhos passando aos itens da pauta. A reunião foi gravada.</p>		
2. Aprovação da Ata da 12ª Reunião CT-CF		
<p>Fábio Vinhado (MME) informou que o primeiro item da pauta seria a aprovação da ata da 12ª reunião, realizada em 10/11/2021. A versão a ser aprovada era a que continha contribuições da Marinha e da EPE, que havia sido enviada, por e-mail, a todos os participantes do grupo no dia 23/11. Questionou se algum participante teria algum comentário ou contribuição à ata. Não havendo comentários adicionais a ata foi considerada aprovada.</p> <p>Em seguida, Fábio Vinhado (MME) informou que a prorrogação dos trabalhos do CT-CF foi aprovada pelo Ministro de Minas e Energia, presidente do CNPE, até 26/06/2022. Lembrou ainda que, apesar da prorrogação, algumas entregas deverão ocorrer antes do prazo, sobretudo aqueles que dependem do Congresso Nacional, haja vista ser um ano de eleição. Este é o caso dos Subcomitês ProBioCCS e ProBioQAV, que entregarão projetos de lei.</p> <p>Na sequência, passou a palavra a cada coordenador de subcomitê para os relatos.</p>		
3. Relato do Subcomitê Ciclo-Otto		
<p>Fábio Vinhado (MME) fez o relato de alguns pontos mais relevantes do Subcomitê, uma vez que Marlon Arraes (MME) estava em outra reunião.</p>		

Começou informando sobre o progresso do GT de Intensidade de Carbono, coordenado pela Angela Costa (EPE), cujos resultados fornecerão informações para o GT 1.1 (Integração Rota 2030 e RenovaBio), e 1.3 (Informações em gCO₂/km). Angela Costa informou que houve reunião do GT Intensidade de Carbono na manhã de 01/12 e na próxima reunião será apresentada proposta de estrutura do relatório.

Fábio Vinhado (MME) relatou que Marlon Arraes está elaborando plano de ação para iniciar os trabalhos do GT da célula combustível a etanol.

Sobre o GT para elaboração de informações em gCO₂/km, que tem relação com o PBE veicular, informou que o indicado pelo Inmetro para condução do trabalho era o servidor Victor Simão, mas ele não estava presente à reunião. O GT que trata sobre a especificação do Combustível do Futuro, foi informado que o trabalho, que está sendo coordenado pela ANP, tem avançado bem. Já está sendo elaborado documento técnico que subsidiará a inserção deste novo combustível.

Fábio relatou ainda sobre a Consulta Pública do IBAMA, com objetivo de alterar a IN 22/2020 sobre o NMOG, no âmbito das Fases L7 e L8 do PROCONVE. Gilberto Werneck (IBAMA) complementou informando que a Consulta Pública foi encerrada no dia 30/11, foram 20 contribuições, que já estão sendo avaliadas pelo IBAMA.

Thomas Caldellas (Ministério da Economia) informou que solicitaram apoio técnico da AEA, que enviou proposta de metodologia para contabilização dos gases de efeito estufa do poço à roda, essencial para integração das políticas públicas.

Artur Milanez (BNDES) relatou que o GT E2G já está na fase de elaboração do documento com as propostas. A previsão é que o documento esteja pronto até início de fevereiro de 2022.

Em resposta à uma dúvida do Comandante Mathuiy, Thomas Caldellas respondeu atualmente o Rota 2030 possui metodologia em MJ/km. A ideia é integrar com a métrica do RenovaBio enfatizando o conceito de eficiência energético-ambiental no Rota 2030. Mathuiy solicitou tais informações para trabalhar de modo semelhante no Subcomitê de Combustíveis Marítimos.

4. Relato do Subcomitê ProBioCCS

Fábio Vinhado (MME) apresentou os avanços do ProBioCCS informando que o documento será de fato um Projeto de Lei com acompanhamento de um relatório em formato de Análise de Impacto Regulatório (AIR). Complementou que não será incluído nenhum tipo de subsídio e que este PL será o mais resumido possível, ficando os detalhes para os regulamentos infralegais.

Destacou que os dois pontos mais sensíveis na elaboração do PL são: i) atribuição das competências, possível sobreposição entre ANP e ANM e ii) entendimento se o reservatório para armazenamento do CO₂ é de fato bem da União.

Informou que o prazo para conclusão é fevereiro de 2022, para que haja tempo hábil de o Congresso começar a apreciar em um ano eleitoral.

Ao final, foi informado que há, até o momento, uma única planta piloto de CCS de carvão, localizada em Santa Catarina.

5. Relato do Subcomitê Combustíveis Marítimos

Comandante Mathuiy relatou que o Subcomitê já teve 9 reuniões, e na última houve apresentação da UNIGEL, sobre produção de hidrogênio verde. A empresa tem planos de se tornar grande produtora brasileira de hidrogênio verde. Um dos gargalos atuais para produção de hidrogênio verde está nos eletrolisadores, baixa capacidade e dependência de produtos importados. Outro gargalo é a necessidade de geração de energia renovável para a produção do hidrogênio verde. Mathuiy ressaltou que a Europa elegeu o hidrogênio como uma alternativa para os combustíveis marítimos, assim no estabelecimento das diretrizes para a estratégia nacional para os combustíveis marítimos é importante que o hidrogênio seja considerado, de modo que o Brasil possa desenvolver sua potencialidade na produção desse combustível e se preparar para as oportunidades advindas da mudança do padrão dos combustíveis. Em seguida, passou ao relato dos principais resultados da 77ª reunião do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, ocorrida poucos dias após a COP 26. Na reunião, alguns países europeus propuseram meta de zero emissão de gases de efeito estufa do segmento marítimo para 2050. Ao final, em função da divergência de posições e forte oposição de vários países, liderados pelo Brasil, Argentina, Chile, China, Rússia, Índia, África do Sul, Angola etc, a proposta não foi aprovada. Foi decidido que as metas deveriam ser revistas e reforçadas durante a revisão da Estratégia Inicial de redução de GHG, prevista para 2023.

Mathuiy lembrou que, embora os países europeus tenham defendido a zero emissão, a zero emissão é extremamente difícil, principalmente para o segmento marítimo, pois sempre haverá alguma emissão indireta, seja de equipamentos auxiliares ou de chama piloto, diferente do net zero.

Também conseguiram postergar para definições futuras na IMO a criação de um instituto e de um fundo para realização de pesquisas, o que, no formato apresentado, traria benefício apenas a países que já estão desenvolvendo pesquisas de redução de emissões. Nessa proposta inicial o Brasil seria um grande financiador, mas não receberia recursos para pesquisa. Foram propostas também medidas baseado em mercado (MBM) de taxaço de combustíveis ou de precificação de carbono (Cape-and-Trade). A linha de argumentação do Brasil foi de que antes de qualquer decisão houvesse a avaliação de impactos destas medidas, de modo a mensurar os impactos sobre os estados e sobre o comércio marítimo.

Mathuy explicou o detalhamento de como medidas do tipo MBM ou criação de um fundo impactariam as exportações brasileiras, de forma desproporcional, devido ao mercado consumidor distante, produtos de grande volume e baixo valor agregado.

6. Relato do Subcomitê ProBioQAV

Renato Dutra (MME) informou que a etapa de coleta de contribuições junto aos stakeholders foi estendida para 02/12 e passa para a etapa seguinte que é elaborar o relatório final, entregas de contribuições ao Subcomitê de P,D&I e mensuração das metas de emissões para o setor aéreo brasileiro.

Destacou o estudo conduzido pelo ProQR, que fará parte do relatório de AIR do ProBioQAV e a iniciativa da coalizão Clean Skies for Tomorrow, braço do Fórum Econômico Mundial, que lançou na COP 26 um Public Policy Toolkit, um guia de ferramentas para elaboração de política pública para o SAF, material que foi compartilhado com o Subcomitê.

Informou ainda contribuições trazidas pela Associação Nacional de Empresas Aeroportuárias (ANEAA) e do MAPA, que falou sobre agricultura familiar

Renato Dutra informou que serão consolidadas todas as contribuições recebidas ao longo das 9 reuniões com stakeholders e, a partir daí serão propostas as premissas que a política pública deverá ter, sendo que, tais premissas serão validadas em reunião agendada para 23/12.

Passando aos Termos de Referência para contratação de dois estudos, no âmbito do ProQR/MCTI. O primeiro deles, concluído em 27/11/2021, sobre governança e política pública, realizou benchmarking internacional de políticas públicas e levantamento de iniciativas brasileiras. O estudo, em fase de validação, também traz levantamento do arcabouço legal e infralegal e quais os pontos precisam ser alterados para destravar as recomendações a serem dadas na política pública. Além disso, os consultores colaboraram com a coordenação do ProBioQAV na sistematização das contribuições trazidas pelos stakeholders desde 16/09. O segundo estudo teve um atraso na contratação, apenas em 23/11 e, portanto, a entrega do produto é esperada para 30/01/2022.

Renato destacou o Seminário BNDES-MME sobre financiamentos de projetos de SAF, ocorrido em 29/11/2021 e a promulgação da Lei 14.248/2021, que prevê incentivos ao desenvolvimento do bioquerosene de aviação.

Por fim, informou que a previsão de conclusão dos trabalhos do ProBioQAV é março de 2022.

7. Relato do Subcomitê de P,D&I

Na sequência, Rafael Menezes (MCTI) fez um resumo sobre o andamento do subcomitê e os principais avanços obtidos até o momento.

Na última reunião do Subcomitê foram tratados os seguintes assuntos:

- Aprovação da minuta de Portaria que institui o Comitê de especialistas da RBQAV, que será encaminhada à CONJUR do MCTI;

- Desenvolvimento de programa prioritário para startups para setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis com recurso da cláusula de P,D&I do setor petróleo;

- Apresentação do diretor do LNBR sobre Etanol de segunda geração, mais um tema do Combustível do Futuro;

Há ainda objetivo de avançar nos entendimentos com ANP sobre uso dos recursos dos TACs do conteúdo local.

Em face da prorrogação do prazo do CT-CF, há planos para aprofundar nos programas prioritários e nas tratativas com a Embrapii para investimentos voltados temas do Combustível do Futuro.

Informou que foi aprovado investimento na planta piloto do Instituto SENAI, no âmbito do ProQR, com recursos do Hidrogênio Verde da GIZ.

Ao final, Eduardo Soriano (MCTI) explicou o funcionamento dos Fundos Setoriais. Haverá deliberação no ano que vem e sugeriu discutir propostas do grupo do CT-CF

As propostas devem ser encaminhadas ao presidente do fundo, que é o próprio Soriano, que é quem submete a proposta. Ele sugeriu que, antes de trabalhar na Carta-Proposta, que se discuta previamente a ideia, para avaliar se vale a pena dar andamento, lembrou que as propostas devem ter conteúdo elevado de Ciência e Tecnologia e que a prioridade para 2022 são as chamadas competitivas.

As ações devem ser desenhadas até janeiro de 2022.

8. Encerramento
Não havendo mais assuntos, Fábio Vinhado (MME) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
PRÓXIMA REUNIÃO
15/12/2021 14:30 – 16:00 Pauta: Atualização do andamento dos trabalhos dos subcomitês.